



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

**2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À
DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS,
BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CNCD LGBT**

20 DE MAIO DE 2011

ATA

1 Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de maio de dois mil e onze, no Auditório
2 do Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,
3 localizado no Setor Comercial Sul – Bloco B, Quadra 09 Lote C, Edifício Parque
4 Cidade Corporate Torre A, 8º Andar, Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Nacional de
5 Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
6 Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT em sua 2ª Reunião Ordinária. **Presentes.**
7 Sr. Ramais de Castro Silveira – *Presidente do CNCD/LGBT*; Sr. Igo Martini –
8 *Secretário Executivo CNCD/LGBT*; Sra. Irina Bacci – *Vice-Presidente do*
9 *CNCD/LGBT*; Sra. Keila Simpson – *Segmento TRANS/ABGLBT*; Sra. Jovanna Baby
10 – *Articulação Nacional de Travestis e Transexuais/ANTRA*; Sra. Chopelly
11 Glaudivyton Pereira dos Santos – *Articulação Nacional de Travestis e*
12 *Transexuais/ANTRA*; Sra. Janaína Oliveira – *Rede Afro Negros e Negras LGBT*; Sr.
13 Marcus de Abreu Freire – *Central Única dos Trabalhadores/CUT*; Sr. Fábio –
14 *Ministério da Educação/MEC*; Sr. Sérgio Sepúlveda – *Ministério do Trabalho e*
15 *Emprego/TEM*; Sr. Marcelo Veiga – *Ministério da Justiça/MJ*; Sr. Eduardo Barbosa –
16 *Departamento DST-AIDS e Hepatites Virais*; Sr. Gustavo Bernardes – *Coordenador*
17 *de Promoção dos Direitos de LGBT*; Sra. Yone Lindgren – *ABGLT*; Sra. Lohren
18 Beauty - *Grupo E-Jovem*; Sr. Toni Reis – *ABGLT*; Sr. Leandro Colling – *Associação*
19 *Brasileira de Estudos da Homocultura/ABEH*; Sra. Cristina de Fátima Guimarães –
20 *Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*; Sr. Ivanildo Tajra Franzosi
21 – *Casa Civil da Presidência da República*; Sr. Eduardo Gomor – *Ministério do*
22 *Planejamento e Orçamento/MPOG*; Sr. Vinícius Alves da Silva – *ABGLT*; Sra. Ana
23 Gabriela Nascimento Sena – *Ministério da Saúde/MS*; Sra. Janilda Guimarães de
24 Lima – *Ministério Público do Trabalho*; Sr. Julian Vicente Rodrigues – *ABGLT*; Sra.

25 Isadora Lacava - – *Ministério do Planejamento e Orçamento/MPOG*; Sra. Flávia –
26 *Ministério do Planejamento e Orçamento/MPOG*; Sra. Suely Azevedo – *ABL-ABGLT*;
27 Sra. Ana Carla Lemos – *Associação Brasileira de Lésbicas/ABL*; Sra. Marcelly Malta
28 – *Presidente da Igualdade*; Sra. Ângela Regato – *Ministério do Trabalho e*
29 *Emprego/TEM*; Sra. Eliane Veira – *ABGLT e ABL*; Sra. Silvia Aguião – *Unicamp*; Sra.
30 Giti Mohn –*Embaixada da Noruega*; Sra. Daniele – *ABL-ABGLT*; Sra. Eliane Veira –
31 *ABGLT e ABL*; Sra. Soraia Menezes – *Associação Lésbica de Minas Gerais/ABGLT*;
32 Sr. Leonardo Bastos – *LGBT – Mato Grosso do Sul*; Sra. Roberta Schultz – *Gestora*
33 *da Paraíba*; Sr. Eduardo Santarella – *Secretaria Executiva do Conselho LGBT*; Sra.
34 Kátia Maria Barreto Souto – *Ministério da Saúde/MS*; Sra. Lidiane Ferreira
35 Gonçalves – *Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa*
36 *Humana/SNPDDH/SDH/PR*. **Abertura.** A Sra. Irina Bacci iniciou a sessão
37 agradecendo a presença de todos e solicitando que os presentes se apresentassem.
38 **Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária.** Visto que a ata fora enviada aos
39 membros do Conselho no dia anterior à reunião e que conseqüentemente os mesmo
40 não tiveram tempo hábil de fazer a leitura e se inteirarem da ata, foi consensuado
41 que os conselheiros enviassem suas sugestões para a Secretaria Executiva LGBT e
42 a ata fosse aprovada na 3ª Reunião Ordinária do Conselho LGBT. **Informes.** A Sra.
43 Raquel de Lima Meirelles informou que no dia anterior esteve no Conselho
44 entregando o questionário da pesquisa do IPEA e que gostaria de recebê-los
45 respondidos. Solicitou que os Conselheiros que responderam o questionário a
46 procurassem para entregar e os que não tinham recebido que solicitassem. O Sr.
47 Toni Reis informou que Supremo Tribunal Federal havia reconhecido a união entre
48 pessoas do mesmo sexo, o que foi comemorado por todos os membros e sugeriu
49 que o Conselho enviasse uma moção de congratulação ao STF em agradecimento e
50 que também foi aprovada. Ainda informou sobre o 8º Seminário Nacional LGBT no
51 Congresso Nacional, com a participação de 1.100 pessoas, no dia 17 de maio do
52 corrente ano e a 2ª Marcha, que contou com 5.000 pessoas na Esplanada dos
53 Ministérios, e que a ABGLT foi atendida em audiência por 14 Ministérios. O
54 Conselheiro Leandro Colling informou que no dia 17 de maio de 2011 a Folha de
55 São Paulo publicou um artigo de sua autoria assinado como Conselheiro LGBT. E
56 esse artigo foi duramente respondido pelo Colunista Reinaldo Azevedo, da Veja,
57 onde fez desqualificações, não só a sua pessoa, mas também aos militantes LGBTs
58 de todo o país. E que a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, a ABEH,
59 a qual ele representava no Conselho, lançou seu site, abeh.org.br. A Conselheira
60 Irina Bacci informou sobre uma solicitação sua de que o último Trio da Parada

61 trouxesse uma mensagem de cultura de paz e que a Associação da Parada aprovou
62 a solicitação e a incumbiu de organizar esse ato de paz ao final da Parada do
63 Orgulho LGBT, em São Paulo, que seria realizada em 26 de junho de 2011 e
64 solicitou que o Conselho fosse realizador desse ato de Paz encerrando a Parada de
65 São Paulo. Na sequência a Conselheira Irina Bacci fez a leitura do ofício endereçado
66 à Sra. Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos
67 Humanos da Presidência da República que expunha a preocupação dos gestores e
68 gestoras em atender de maneira eficiente a convocação do Decreto 18 de maio de
69 2011, da Presidenta Dilma Rouseff conforme deliberado em reunião com a
70 Coordenação Geral de Promoção de Direitos LGBT, realizado em 19 de maio de
71 2011, que foi aprovado. **Discussão sobre o Fórum Interconselhos e o PPA**
72 **2012/2015.** A Sra. Irina Bacci listou as entidades representativas do Conselho que
73 participariam do Fórum Interconselhos nos dias 24 e 25 de maio de 2011, seriam
74 membros da Câmara Técnica de Orçamento, Monitoramento e Articulação, ABGLT,
75 ABL, ANTRA, CUT e Rede de Negros e Negras LGBT. Com relação ao PPA a Sra.
76 Isadora Lacava informou que a ideia para o novo PPA era levar um novo paradigma,
77 levar ações mais estratégicas dos Ministérios que não apareciam no modelo anterior
78 e resgatar a função de planejamento incorporando aos PPA objetivos de governo,
79 tais como declarados, pois acreditava que isso possibilitaria um monitoramento mais
80 efetivo da execução das ações e das políticas públicas. Esclareceu que para que as
81 políticas transversais e multisetoriais aparecessem no PPA era preciso ter metas e
82 iniciativas dos direitos LGBT em outros programas temáticos, que era uma coisa que
83 não acontecia no PPA anterior. Destacou que era preciso estabelecer ações para a
84 regionalização das metas possibilitando a inclusão de diferentes territórios. Leu a
85 visão estratégica do PPA para que os conselheiros se inteirassem: “*O Brasil será um*
86 *país reconhecido por ser um modelo de desenvolvimento sustentável, bem*
87 *distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade,*
88 *produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental. E*
89 *por ser uma nação democrática e soberana defende os direitos humanos e a*
90 *liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo*”. Esclareceu que as considerações,
91 encaminhamentos, sugestões, críticas, os conselheiros deveriam levar à Secretaria
92 Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos na tentativa de serem
93 contemplados por meio do próprio Programa de Promoção dos Direitos Humanos,
94 pois na Secretaria teriam um objetivo específico com relação ao direito LGBT.
95 Informou que não havia orçamento dentro do PPA e que a ação orçamentária estaria
96 dentro da Lei Orçamentária Anual. A Sra. Flávia informou as datas e locais dos

97 eventos de introdução de metodologia, apresentação de orientações no novo PPA
98 Federal na tentativa de integrar os planos, disseminar o conhecimento para que os
99 Municípios e Estados pudessem absorver o conhecimento e tivessem intenção de
100 integrar o Plano nos três níveis. Dia 30 e 31 de maio, em Fortaleza, dia 2 e 3 de
101 junho, em Manaus. Dia 6 e 7 de junho, em Brasília. Nove e 10 de junho, no Rio de
102 Janeiro. E 13 e 14 de junho em Florianópolis. Por derradeiro, a Sra. Irina Bacci
103 concluiu como encaminhamentos do tema a criação do Programa Temático, este
104 seria acompanhado pela área de controle social. Ainda uma solicitação de que a
105 Ministra Miriam recebesse a sociedade civil e o Movimento LGBT para articular o
106 planejamento de liberação de recursos. **Encaminhamentos das Câmaras Técnicas**
107 **Permanentes.** A Sra. Janaína Oliveira, presidente da Câmara Técnica de
108 Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano
109 Nacional informou que na reunião da Câmara no dia anterior foram eleitos a
110 presidência e os relatores que seria Janaina Oliveira da Rede Nacional de Negros e
111 Negras LGBT, na Presidência, Keila Simpson, da ABGLT e Marcos Freire, CUT
112 como relatores. Relatou que os encaminhamentos da reunião da Câmara Técnica
113 foram revisão do PPA e restabelecimento de prioridades, prazos e metas; criação de
114 um plano de monitoramento do Plano Nacional LGBT com recorte mais específico
115 LGBT; criação de uma campanha para inclusão de LGBT no mercado de trabalho,
116 inclusive com campanhas envolvendo a mídia no combate ao acolhimento de
117 denúncias, de discriminação no mercado de trabalho, comprometimento de que os
118 ministérios deveriam encaminhar avanços e desafios pelo menos como sugestão,
119 tabelas de ações desenvolvidas e de desenvolvimento do Plano Nacional LGBT,
120 para a próxima reunião da Câmara; Previsão de iniciativa para as ações do plano
121 LGBT, alocados no PPA 2012/2015; demanda à Secretaria Executiva do Conselho
122 Nacional LGBT que publicizasse as ações desenvolvidas enviadas pelos ministérios.
123 Para a segunda reunião o encaminhamento seria a revisão do plano com todos os
124 dados coletados na primeira reunião e a apresentação da Campanha Nacional para
125 o LGBT no mercado de trabalho no Ministério Público do Trabalho; avaliação do
126 PPA, 2012/2015 e as iniciativas da promoção de políticas públicas LGBT de
127 combate à homofobia. Os encaminhamentos aprovados foram as incorporações
128 sugeridas pelo conselheiro Toni Reis e Irina Bacci. O relatório da segunda Câmara,
129 Câmara Técnica de Legislação e Normas foi feito pela conselheira Chopelly
130 Glaudystton Pereira dos Santos informou que a Câmara só havia conseguido
131 aprovar um mini regimento e sugeriu que a Secretaria Executiva e a Presidência do
132 Conselho pautassem uma reunião extra no mês de julho para que se pudesse sanar

133 o regimento definitivo e que a Secretaria Executiva mandasse aos demais
134 conselheiros o regimento provisório a fim de que eles pudessem fazer suas
135 contribuições em um prazo de dez dias para que a Câmara de Legislação e Normas
136 analisasse e assim tivesse condições de trabalhar o regimento definitivo. Por fim
137 informou que o Conselheiro Zezinho havia sido eleito presidente da Câmara. Foi
138 consenso o envio dos regimentos específicos das câmaras por e-mail para todos os
139 conselheiros e todas as conselheiras os quais seriam discutidos e votados na
140 próxima sessão do Conselho. Em seguida a Sra. Yone Lindgren passou à relatoria
141 da Câmara Técnica de Monitoramento, Prevenção e Combate a Violência Contra a
142 População LGBT que primeiramente informou que a mesma havia sido eleita
143 presidente da Câmara e a relatoria a cargo do conselheiro Leandro Colling e da
144 conselheira Ana Gabriela Nascimento Sena. Relatou que ficou acertado na Câmara
145 que todas as discussões seriam feitas por um grupo que criariam via internet para
146 dar agilidade às ações e que esse mesmo grupo discutiria no plano de trabalho 2011
147 a PEC do nome social das Transexuais, a situação Trans do sistema prisional, e
148 tipificação dos crimes de ódio; solicitação ao pleno de aprovação naquela reunião de
149 uma moção em defesa do artigo do conselheiro Leandro Colling. **Encaminhamento**
150 **das Comissões Temáticas da 2ª Conferência Nacional LGBT.** A Comissão
151 Temática de Conteúdo foi relatada pelo conselheiro Julian Vicente Rodrigues que
152 informou que a Comissão debateu temas como a questão da necessidade de
153 conferências municipais, e estaduais, e que todas elas discutissem não só o plano e
154 o texto base nacional, mas também a realidade do local e a necessidade política em
155 cada município e em cada estado, os critérios da questão da delegação. Como
156 objetivos da Comissão a conselheira Lidiane Ferreira Gonçalves elencou a
157 realização de um diagnóstico das políticas e planos nos municípios e estados,
158 avaliação do plano e das políticas nacionais com vista à reformulação dos mesmos e
159 discussão sobre a intersetorialidade das políticas de combate a pobreza e da
160 promoção da cidadania LGBT. Destacou a necessidade de ações com vistas à
161 acessibilidade, já que na Conferência anterior houve participação numerosa de
162 pessoas portadoras de deficiência. Garantia da participação de convidados
163 internacionais como a ONU, OEA e instituições internacionais de direitos humanos e
164 especificamente instituições que trabalhavam com a população LGBT. Publicação do
165 manual orientador para as conferências municipais e estaduais. Eleições dos
166 delegados da Conferência Nacional nas Conferências Estaduais visto que os
167 delegados estaduais eram eleitos pelas Conferências Regionais. Ressaltou que as
168 atribuições e responsabilidades de cada ente federado das políticas LGBT devia ser

169 um dos temas centrais de todas as conferências. Ponderou que era preciso
170 identificar no Plano LGBT as ações relacionadas ao combate à pobreza e elaborar
171 um diagnóstico mais geral acerca do tema. Com relação às Conferências Livres
172 ponderou que os conselheiros poderiam elaborar as propostas e encaminhar
173 diretamente à equipe da coordenação da Conferência Nacional. Isto posto informou
174 que a Comissão apresentaria na reunião de junho uma proposta de regimento, a
175 aprovação do texto base e propôs em nome da Comissão que houvesse
176 antecipação da reunião de agosto para julho em São Paulo onde fosse apresentado
177 a proposta do Plano Brasil Sem Miséria para que todos os conselheiros e
178 conselheiras tivessem com clareza a discussão desse eixo, que seria o grande tema
179 da conferência. O conselheiro Julian Vicente Rodrigues ressaltou que a ideia era
180 que o primeiro capítulo do texto base fosse a análise da conjuntura e que fosse o
181 balanço do plano na mesma linha do que foi discutido na câmara técnica. O Sr.
182 Fábio noticiou ao conselho que em conversa com o Ministério da Educação este
183 informou que já estava previsto uma descentralização de 250.000 reais para pagar o
184 local da conferência, o que foi comemorado pelos conselheiros. Os
185 encaminhamentos da Comissão de Mobilização foram relatados pelo conselheiro
186 Vinícius Alves da Silva que esclareceu que a Comissão se dividiu em duas ações, a
187 de publicização da convocação para a Conferência e a parte de mobilizações
188 regionais. As ações elencadas foram: solicitação à coordenação executiva para
189 viabilizar a comunicação e divulgação de diversos meios de canais de assinatura do
190 decreto que convocou a conferência; publicização de nota no site da Presidência da
191 Secretaria de Direitos Humanos, dos ministérios, entidades parceiras do CNCD;
192 envio de documentos a todos os conselhos nacionais solicitando que reenviassem
193 aos seus conselhos estaduais e municipais; notificação dos conselhos nacionais,
194 estaduais e municipais, GTs, fóruns, coordenações LGBT, centros de referências e
195 redes; elaboração da minuta de nota do CNCD/LGBT falando da importância da
196 mobilização dos estados e municípios e aprovação ainda naquela plenária; envio de
197 aviso ministerial aos governadores e prefeitos de capitais e de comunicado do
198 CNCD/LGBT às Defensorias Públicas, OAB e Ministérios Públicos, Tribunais
199 Estaduais, Municípios e entidades de classe. Solicitação para a coordenação geral
200 LGBT do mapeamento de órgão que trazia políticas LGBTs nos estados e nos
201 municípios; envio do mapeamento a todos os conselheiros e também pedido de que
202 os conselheiros contatassem a organizadora de mobilização para ajudar a fazer o
203 mapeamento; mapeamento dos municípios para envio de aviso ministerial;
204 solicitação de informação de todos os membros do CNCD do mapeamento de aviso

205 ministerial até a data de 15/06/2011; elaboração da minuta da resolução com os
206 respectivos delegados; republicação das resoluções, comunicar aos estados e
207 conselheiros referentes à resolução dos respectivos números de delegados;
208 distribuição do guia orientador aos estados e municípios; mapeamento quantitativo
209 para as etapas municipais e estaduais; criação da lista de pontos focais nos estados
210 e municípios de responsáveis pelas conferências; criação de um grupo de e-mail da
211 Comissão de Mobilização visando o constante contato; definição da distribuição das
212 pessoas do conselho que acompanhariam as etapas regionais; elaboração da
213 planilha e definição na reunião Plenária, realização de videoconferências com as
214 comissões organizadoras estaduais visando aproximação nos estados para
215 mobilização. Por fim, leu a nota pública elaborada pela Comissão sobre a realização
216 da 2ª Conferência Nacional LGBT que foi aprovada com sugestões dos
217 conselheiros. Em seguida Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos passou à
218 relatoria da Comissão de Comunicação. Iniciou destacando que a Comissão teve
219 somente duas representações do conselho e solicitou que os Conselheiros que não
220 comparecessem ao menos justificassem a ausência. Informou que a comunicação
221 seria feita através da Secretaria de Direitos Humanos e a Comissão apenas criou
222 diretrizes e propôs que tudo que a comunicação da SDH criasse para a conferência
223 passasse pela comissão de comunicação; informou que como sugestões elencadas
224 poderia se destacar: que a comunicação deveria utilizar diferenciados tipos de mídia,
225 inclusive canais públicos de rádio e TV e as diversas ferramentas de comunicação
226 online; articulação com as assessorias de comunicação de todos os ministérios, de
227 modo que fosse vinculado em seus sites as informações sobre a 2ª Conferência
228 Nacional e fosse disponibilizado um link no site oficial da 2ª Conferência. Busca de
229 parcerias com as entidades LGBT para publicação de link no site da conferência e
230 no site das organizações. Distribuição de material gráfico para divulgação da
231 conferência nos estados e municípios; todo o material de comunicação deveria
232 respeitar a diversidade e orientação sexual, identidade de gênero e étnico racial.
233 Como diretrizes destacou que a Comissão sugeria que comunicação deveria se
234 pautar nas diretrizes do manual de comunicação criado pela ABGLT; a Comissão
235 deveria avaliar peças gráficas e publicitárias de toda comunicação do evento a
236 serem encaminhadas para a aprovação do CNCD/LGBT; a Comissão de
237 Comunicação deveria ser feita de forma integrada, incluindo pautas estratégicas
238 para a área de jornalismo, publicidade e relações públicas. A Comissão deveria
239 atingir a sociedade como um todo e determinar dos públicos específicos. Destacou
240 que a comissão pautou discussões sobre o que deveria estar no site da 2ª

241 Conferência: o decreto do regimento, informações sobre o conselho e as
242 deliberações das comissões, sobre o espaço interativo para dar opiniões e
243 sugestões, o Fale Conosco, Plano Nacional LGBT em PDF, publicação da lista de
244 delegados contemplados; ficha de inscrição para observadores e condições de
245 participação; inscrições para apresentação de trabalhos; o mini currículo dos
246 palestrantes; o caderno de resoluções da 1ª Conferência Nacional LGBT em PDF e
247 a atualização com informações sobre as conferências municipais e estaduais. Na
248 sequência o Sr. Sérgio Sepúlveda solicitou dar alguns informes. Primeiramente
249 justificou sua ausência na parte da manhã da reunião do Conselho. Em seguida
250 informou que o Ministério do Trabalho e Emprego tinha feito várias ações que
251 contemplavam o plano LGBT e que este assumia total responsabilidade de não ter
252 tido a reunião do Grupo de Trabalho por um problema interno. Ressaltou que o MTE
253 elaborou um plano de qualificação LGBT, porém não havia nenhuma demanda
254 protocolada que justificou com a falta de estrutura para formular um plano de
255 qualificação e que o plano e o Astral Top seriam retomados. Informou ainda que o
256 Ministro do trabalho determinou e deferiu todas as passagens e diárias de todo os
257 integrantes do GT, assim como dos cinco coordenadores do Astral Top, para
258 rediscutir todas as demandas e resolver de fato as questões. **Encerramento.** O Sr.
259 Igo Martini agradeceu o empenho de todos e sem tempo hábil para novos
260 encaminhamentos o encerrou a reunião.
261